

Discurso de abertura do ano judicial 2017/2018

EXCELÊNCIAS

SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL,

SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL,

SENHORA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA,

SENHORA MINISTRA DA JUSTIÇA E DO TRABALHO,

SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS,

SENHOR PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA,

SENHOR PROVIDOR DE JUSTIÇA,

ANTIGO PRESIDENTE DA REPÚBLICA COMANDANTE PEDRO
PIRES,

VENERANDOS JUÍZES CONSELHEIROS, DO STJ,

SENHORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE
SOTAVENTO

CARAS E CAROS COLEGAS MAGISTRADOS JUDICIAIS E DO
MINISTÉRIO PÚBLICO,

SENHORA BASTONÁRIA DA ORDEM DOS ADVOGADOS,

SENHORES REPRESENTANTES DO CORPO DIPLOMÁTICO

SENHORAS E SENHORES OFICIAIS DE JUSTIÇA

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES.

Pelo segundo ano consecutivo, tenho a honra de, nesta sessão solene de abertura dos trabalhos institucionais, dirigir-me à Nação, em nome do Conselho Superior da Magistratura Judicial, perante os dignos representantes do Povo, Senhor Presidente da República, Poderes Legislativo e Executivo, de S. Excia a Senhora Presidente do Supremo Tribunal da Justiça, do Senhor Procurador-Geral da República, da Bastonária da Ordem dos advogados, em celebração tipicamente republicana.

Ciclo após ciclo, a abertura do Ano Judicial é o momento certo para fazer o balanço sobre questões nucleares, para rever o que não aprovou, para perspetivar o futuro sondável, e porque não, para sonhar para além dos limites de Ícaro.

Terminamos agora em Julho o 1º ano de mandato enquanto Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial por isso e porque o tempo não abunda, ousamos abordar, ainda que, perfunctoriamente três pontos a título de balanço e projeções.

Primacialmente, em jeito de uma panorâmica geral sobre o funcionamento dos Tribunais cumpre frisar que a função judicial em Cabo Verde continua a ser exercida sem condicionalismos exteriores e com independência e, portanto, em condições de normalidade institucional, não obstante a existência de sinais preocupantes que, procuram ofuscar este horizonte temático.

Comparativamente ao exercício judicial transato houve um aumento da produtividade na Instância Suprema que acentuou a redução da pendência e acreditamos que a propensão será no sentido da consolidação desta tendência.

No que tange aos tribunais de segunda instância o destaque vai para o Tribunal da Relação de Sotavento que, no exercício judicial ora findo tramitou 636 processos recursais, dos quais 358 de natureza cível e 278 de natureza criminal, certo sendo que, foram decididos um total de 276 recursos, ou seja, 128 de natureza criminal e 148 de natureza cível. Estamos a falar de uma média anual de 92 processos findos, por juiz, o que, estabelecendo como função de apelo a dialética entre processos entrados e processos findos representa uma taxa de resolução que cifrou-se em 57,98%, o que não pode deixar de ser considerado uma prestação francamente positiva, tendo em conta as circunstâncias.

O mesmo não se pode dizer relativamente ao Tribunal da Relação de Barlavento onde foram tramitados 328 recursos, dos quais foram decididos

100, um *quantum* pouco expressivo quando comparado com a instância homóloga da área jurisdicional de Sotavento.

No que tange aos Tribunais de primeira instância, no decurso do ano de 2017/2018 deram entrada em todos os tribunais de comarca do País 11.830 processos, com ligeiro decréscimo em relação aos processos entrados no ano anterior (11.982), sendo 6.681 de natureza criminal e 5.149 de natureza cível.

Verifica-se que entre os anos de 2012 a 2018, não houve alterações significativas no número de processos entrados, com uma média relativamente constante de 11.480 processos entrados por ano. O ponto mais alto registou-se no ano de 2016/2017, passando para 11.982 o número de processos entrados.

Digno de destaque é o facto de na primeira instância ter registado, comparativamente ao exercício judicial transato um aumento da produtividade na ordem dos 3,6% pontos percentuais, com reflexos na tendência de redução da pendência que, em 2012/2013 era de 15.179 processos quando é certo que para o ano judicial 2018/2019, ficaram pendentes 11.975.

Ou seja, não obstante a média anual de processos entrados ter-se mantido estável em torno dos 11.500 processos, com aumentos nos dois últimos anos judiciais, o que se constata é que houve uma redução global das pendências na ordem de 21% neste horizonte temporal.

SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, EXCELÊNCIA

Minhas senhoras e meus senhores

Que desafios num futuro próximo?

A nível do contexto, projeta-se que os próximos anos deverão ser marcados pelas seguintes tendências:

□ **A nível internacional**, o crescimento económico deverá abrandar como consequência, entre outras, das guerras comerciais, da redução do ritmo de crescimento da economia chinesa, da efetivação do Brexit, da maior frequência e intensidade de fenómenos climáticos extremos, do aumento de fluxos migratórios forçados, etc. O nível de instabilidades sociais e políticas poderá crescer em algumas regiões do mundo, devendo-se registar uma ascensão da extrema direita em países como o Reino Unido, a França, a Holanda, o Brasil, a Itália – países com comunidades relevantes de emigrantes cabo-verdianos -, mas também na Hungria, Polónia e outros. Estas tendências poderão ter impacto em Cabo Verde, via redução de remessas de emigrantes, possível redução do Investimento Direto Estrangeiro e abrandamento do crescimento da economia interna, aumento dos fluxos migratórios externos que tenham Cabo Verde como destino ou ponto de passagem, aumento e complexificação da criminalidade organizada transnacional;

□ **A nível interno**, o turismo deverá continuar a crescer a um ritmo considerável nos próximos 03 anos, como resultado dos investimentos em curso ou anunciados para o setor, não obstante a estabilização e recuperação de destinos concorrentes como a Tunísia, o Egito e a Turquia. Como resultado, deverá acelerar-se os fluxos migratórios internos, acentuando-se o despovoamento de algumas ilhas/regiões (Santo Antão, São Nicolau, interior de Santiago, Fogo e Brava) em paralelo com o aumento de pressões demográficas nas ilhas do Sal, Boavista e São Vicente e no município da Praia. A nível do setor da justiça, estas alterações demográficas estruturais poderão levar a uma subutilização da capacidade instalada nas regiões do primeiro grupo, ao mesmo tempo que pressionam os limites dos recursos

disponíveis para a administração da justiça nas ilhas do segundo grupo, requerendo assim um rebalanceamento dos mesmos em todo o território;

□ Por outro lado, tende-se a assistir a uma complexificação e maior sofisticação nas tipologias de crimes, exigindo novas competências por parte dos atores do sistema da justiça. O cibercrime, os crimes financeiros (nacionais e transnacionais), o tráfico humano e de drogas ilícitas, o crime organizado e os “crimes de colarinho branco” tendem a aumentar no país, colocando uma pressão maior quer a nível da legislação, quer a nível das competências técnicas para compreender e lidar com tais fenómenos;

□ O impacto das redes sociais deverá fazer-se sentir ainda mais, podendo representar quer um desafio (em termos de crescimento de determinados tipos de crimes, de gestão de informações sensíveis e de proteção de dados pessoais, de aumento de crimes contra a honra, de perdas de produtividade no sistema, entre outros), quer uma oportunidade (de melhoria de comunicação com o público em geral, por exemplo);

Vivemos um momento particularmente sensível para o sistema de justiça, donde surge a necessidade de um olhar para esta área que encontre conforto na relevância que tem, e para este desiderato, temos que estabelecer como função de apelo uma espécie de confluência de vontades visando um propósito comum de melhoria.

O quadro supra descrito interpela-nos a um entendimento, convoca os agentes judiciários a ultrapassar alguma inércia no seio do sistema, e notifica-nos para a necessidade de relançar o debate que será sempre a base para uma relação saudável. Mas esta interpelação tem também o condão de se traduzir num tributo ao papel incontornável de todos os agentes do sistema, de todos os operadores, mas em última análise, um reconhecimento da sua capacidade técnica e do seu particular conhecimento das dificuldades

do sistema e, especialmente, a sua capacidade para apresentar propostas de melhoria.

Nesta medida saúdo o encontro realizado entre o PCSMJ, o PGR e a senhora Bastonária da ordem dos advogados, donde emergiu a ideia da criação de grupos de trabalhos integrado por Juízes, Procuradores, Advogados e Oficiais de justiça, grupo este que ficaria mandatado para debater as questões levantadas, condensar as propostas de soluções, submete-las à aprovação dos órgãos deliberativos de cada instituição em ordem à sua submissão para apreciação e decisão dos órgãos decisores competentes neste caso ao Ministério da Justiça. Senhor Procurador Geral da República, Senhora Bastonária da Ordem dos Advogados, Urge retomar e conferir continuidade a esta iniciativa.

Por último torna-se míster reconhecer que, de uma forma geral, os magistrados judiciais têm demonstrado, no exercício das suas funções, reserva necessária, respeito pelo seu estatuto e tem preservado a sua dignidade pessoal, dando provas de empenho e profissionalismo, como outros servidores do Estado.

Mesmo em relação ao tão propalado *deficit* de produtividade, por dever de justiça temos que dizer que muitos são os magistrados e oficiais de justiça que esforçam, com espírito de sacrifício e produzem muito e isto pode ser comprovado pelos dados publicados. Também é verdade que alguns magistrados e oficiais de justiça poderiam e deveriam apresentar uma produtividade mais auspiciosa, mas, infelizmente, está longe de ser apanágio só dos operadores judiciais. Altos responsáveis do país, amiudamente vão dando conta da baixa produtividade enquanto um problema transversal de toda a Administração Pública, de outras instituições do Estado e até no quadro do tecido empresarial.

Trata-se, portanto, de um problema a escala nacional, de todo o país e de cada um de nós, e que não é nossa pretensão justificar, pelo contrário, entendemos que deve ser perscrutado e superado com recurso a uma rigorosa aplicação dos instrumentos de gestão e no nosso caso, com aplicação das ferramentas de inspeção, avaliação do desempenho e *accountability*.

Neste conspecto o CSMJ deliberou constituir uma comissão, que já está no terreno, composta por juízes que integram todas as categorias, com o mandato de estudar e apresentar uma proposta justa e equilibrada de contingentação processual. A par disto o CSMJ deliberou definir como objetivos processuais para o ano judicial já em curso que cada Tribunal ou juízo decida um número de processos que supere o número de processos entrados. Trata-se de consignar na função gestonária dos tribunais um modelo assente na gestão por resultados e em função das circunstâncias premiar ou responsabilizar os servidores pela tangibilidade ou intangibilidade dos resultados.

Não podíamos terminar sem regozijar o facto de, apesar das críticas, muitas fundadas mas outras tantas infundadas, sempre que se pretende credibilizar o exercício de determinadas funções do Estado que requeiram especiais exigências, perfil refinado, seriedade, isenção e independência, todos se viram, (incluindo o próprio legislador) para o interior da magistratura judicial, que tem funcionado como um nicho de recrutamento, o que, embora prestigia a magistratura, tem funcionado como impediante à concretização dos nossos desideratos, uma vez que normalmente recrutam os magistrados mais experientes e o recrutamento na categoria inaugural da carreira leva o seu tempo.

Prova disto foi a saída de três magistradas no final deste ano para o exercício de funções que por um lado prestigiam a magistratura judicial e o próprio

Estado de Cabo Verde mas por outro lado faz-nos perspetivar um ano judicial 2018/2019 de muita exigência mas acreditamos que não nos vamos deixar abalar por estas perdas momentâneas, até porque como cabo-verdianos que somos, sempre com os olhos postos no horizonte, que nos serve de fonte de inspiração, com uma ambição desproporcional à nossa dimensão, habituados às adversidades várias, desde as conhecidas estiagens que teimam em nos acompanhar no nosso percurso afectando as nossas populações, com ênfase nos anos 40 e que persiste até os dias de hoje. Os senhores da cultura não nos deixam esquecer estes episódios, mas também ressaltam a capacidade de resiliência do cabo-verdiano. Codé di Dona cantou “Fomi 47”, Zeca di Nha Reinalda cantou “nu ta nderia nu ka ta cai” Maira Andrade muito recentemente cantou a “nos ê fidjo di Rotcha qui vento leste fulha na mar”. Nós não nos afogamos, temos resistido sempre e como diz poeta Miguel Torga *“Arde a seara, mas dum simples grão nasce o trigal de novo”*.

É com este espírito de combate, vontade de vencer que gostaria que encarássemos os desafios que são colocados a causa da justiça em Cabo Verde e se a Justiça é o coração do desenvolvimento do país então que cada magistrado, cada oficial de justiça, cada advogado, cada um de nós seja não apenas um mas Dez grãozinhos di Terra”, que coloque o coração de Cabo verde no seu lado esquerdo, em ordem a termos uma justiça independente, credível, eficiente, à altura das expetativas dos cabo-verdianos e que possa contribuir para o desenvolvimento do país.

Termino agradecendo a vossa paciência e desejando aos que partilham em cada dia a obrigação de justiça – magistrados; advogados; solicitadores; órgãos de polícia criminal; oficiais de justiça; funcionários – um excelente Ano Judicial.

Um muito obrigado

Bernardino Duarte Delgado

Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial